

Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

om PECÉM

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.884	3.284
Clientes	4	789	789
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	178	120
Outros tributos compensáveis	5	928	975
Estoques	7	1.205	1.230
Outros créditos		33	
Total do Ativo Circulante		8.017	6.398
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	406	608
Outros tributos compensáveis	5	930	1.978
Tributos diferidos		6	1
		1.342	2.587
Imobilizado	9	448	314
		448	314
Total do Ativo Não circulante		1.790	2.901
TOTAL DO ATIVO		9.807	9.299
PASSIVO			
PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	10	588	200
Outros tributos a recolher	5	260	242
Dividendos	11	70	110
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	1.002	911
Arrendamentos e aluguéis	8	112	52
Outras contas a pagar		83	81
Total do Passivo Circulante		2.115	1.596
Não circulante			
Provisões		100	100
Arrendamentos e aluguéis	8	163	72
Partes relacionadas	6	128	128
Total do Passivo Não circulante		391	300
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	7.053	7.053
Reservas de lucros	13.3	248	350
Total do Patrimônio líquido		7.301	7.403
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		9.807	9.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

OM PECÉM

	Nota	2022	2021
Receitas	14	7.845	7.845
Custo	15		
Custo de operação		(7.736)	(7.002)
Lucro bruto		109	843
Despesas e Receitas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(169)	(299)
Outras despesas e receitas operacionais		1	
		(168)	(299)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(59)	544
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		446	109
Despesas financeiras		(37)	(14)
		409	95
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		350	639
Tributos sobre o lucro	17		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(61)	(124)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5	(1)
		(56)	(125)
Lucro líquido do exercício		294	514
Resultado por ação atribuível aos acionistas	18		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,04168	0,07288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

OM PECÉM

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do exercício	294	514
Resultado abrangente do exercício	<u><u>294</u></u>	<u><u>514</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

OM PECÉM

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.053	-	(54)	6.999
Lucro líquido do exercício			514	514
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		23	(23)	-
Dividendos propostos			(110)	(110)
Dividendo adicional proposto		327	(327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.053	350	-	7.403

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.053	350	-	7.403
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2022		(326)		(326)
Lucro líquido do exercício			294	294
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		15	(15)	-
Dividendos obrigatórios			(70)	(70)
Lucro do exercício a deliberar		209	(209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.053	248	-	7.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

OM PECÉM

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		350	639
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		94	46
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(1)	
Ajuste a valor presente		37	7
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(69)	(37)
		<u>411</u>	<u>655</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Clientes			(396)
Outros tributos compensáveis		(648)	(451)
Estoques		25	4
Outros ativos operacionais		(32)	
		<u>(655)</u>	<u>(843)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		388	(97)
Outros tributos a recolher		2.178	1.362
Obrigações Sociais e Trabalhistas		377	117
Outros passivos operacionais		2	(190)
		<u>2.945</u>	<u>1.192</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>2.701</u>	<u>1.004</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(551)	114
		<u>2.150</u>	<u>1.118</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(436)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(114)	(54)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	20.1	<u>(550)</u>	<u>(54)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.600</u>	<u>1.064</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.884	3.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.284	2.220
		<u>1.600</u>	<u>1.064</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

OM PECÉM

	2022	2021
Geração do valor adicionado	9.148	9.148
Receita operacional	9.148	9.148
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(923)	(1.014)
Materiais	(83)	(125)
Serviços de terceiros	(835)	(855)
Outros custos operacionais	(5)	(34)
Valor adicionado bruto	8.225	8.134
Retenções		
Depreciações e amortizações	(94)	(46)
Valor adicionado líquido produzido	8.131	8.088
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	468	115
Valor adicionado total a distribuir	8.599	8.203
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.524	4.006
Benefícios	1.146	959
FGTS	320	317
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.833	1.891
Estaduais	3	3
Municipais	457	457
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	37	14
Aluguéis	(15)	42
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	70	110
	8.375	7.799
Resultado líquido do exercício	224	404
	8.599	8.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Pecém Operação e Manutenção de Unidade de Geração Elétrica S.A. (Companhia ou "PO&M") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2010, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social: (a) prestação de serviços de operação e manutenção de unidades de geração elétrica; (b) prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de carga e descarga de granéis incluindo, sem limitação, sistemas de descarregamento de granéis constituídos de descarregadores e correias transportadoras; (c) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista no Brasil e/ou no exterior; e (d) comércio varejista de partes e peças relacionadas à prestação de serviços relacionados nos itens (a) e (b).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de Janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 19.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; e Provisões.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	388	83
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.496	3.201
	4.496	3.201
Total	4.884	3.284

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 90,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 19.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Clientes

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 de R\$789 (R\$789 em 31 de dezembro de 2021) é totalmente vincendo e refere-se a contratos de prestação de serviços de operações e manutenções.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que a totalidade dos seus recebíveis estão relacionados à prestação de serviços perante às suas controladoras em conjunto. Em caso de dificuldades financeiras da Companhia, ambas as controladoras em conjunto poderão fazer aportes de capital. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que tais mostram-se controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 19.2.3.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	728	-	69	(2)	(457)	246	584
Total	728	-	69	(2)	(457)	246	584
Circulante	120	-	-	-	-	-	178
Não Circulante	608	-	69	(2)	(457)	246	406
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	1.577	420	-	-	-	(1.350)	647
IRRF sobre aplicações financeiras	15	1	-	-	-	(5)	11
IR/CS retidos sobre faturamento	231	227	-	-	-	627	1.085
Outros	1.130	-	-	-	(1.015)	-	115
Total	2.953	648	-	-	(1.015)	(728)	1.858
Circulante	975	-	-	-	-	-	928
Não circulante	1.978	648	-	-	(1.015)	(728)	930
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	61	-	-	-	(61)	-
Total Circulante	-	61	-	-	-	(61)	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	-	10	-	(10)	-	-	-
PIS e COFINS	48	868	-	-	(457)	(421)	38
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4	28	-	(25)	-	-	7
Encargos com pessoal	190	1.272	-	(518)	(729)	-	215
Total circulante	242	2.178	-	(553)	(1.186)	(421)	260

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 11), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
		Circulante		Não circulante		Operacionais	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Clientes (Nota 4)							
Serviço de Operação Portuária (a)							
Porto do Pecém	Controle comum em conjunto	Indeterminado	387	387	-	5.227	5.227
Pecém II	Controle comum em conjunto	Indeterminado	196	196	-	2.646	2.646
Pecém OM	Controle comum em conjunto	Indeterminado	206	206	-	1.276	1.276
			789	789	-	9.149	9.149
Prestação de serviços - Backoffice (b)							
Porto do Pecém	Controle comum em conjunto	01/05/2015 a 30/04/2025	-	-	128	128	(376)
			-	-	128	128	(376)
			789	789	128	128	8.773
							8.804

(a) Serviço de Operação Portuária: O contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviços de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

(b) Prestação de serviços - Backoffice: O contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

7 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.205 (R\$1.230 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, principalmente, aos materiais utilizados na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termelétricas.

8 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Veículos	52	54	(114)	120	-	112
Total Circulante	52	54	(114)	120	-	112
Não circulante						
Veículos	72	174	-	(120)	37	163
Total Não circulante	72	174	-	(120)	37	163
Total	124	228	(114)	-	37	275

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Veículos	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2023	112	13,88
Total	112	
Não Circulante		
2024	17	13,88
2025	78	13,85
2026	45	13,81
2027	23	13,81
Total	163	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	336	275
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(31)	(25)

9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

9.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de deprecia- ção %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de deprecia- ção %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Ativos de direito de uso (Nota 9.1.1)								
Veículos	33,33	374	(118)	256	33,33	146	(24)	122
Total Ativos de direito de uso		374	(118)	256		146	(24)	122
Imobilizado em curso								
Administração		192	-	192		192	-	192
Total do imobilizado em curso		192	-	192		192	-	192
Total imobilizado		566	(118)	448		338	(24)	314

9.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

9.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	Ingressos	Deprecia- ções	Saldo em 31/12/2022
Ativos de direito de uso				
Veículos	122	228	(94)	256
Total Ativos de direito de uso	122	228	(94)	256
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	20	-	-	20
Outros	172	-	-	172
Total do imobilizado em curso	192	-	-	192
Total do imobilizado	314	228	(94)	448

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$588 (R\$200 em 31 de dezembro de 2021), é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços de manutenção.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$514. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$54 foram absorvidos aos prejuízos acumulados dos anos anteriores (ii) R\$24 como Reserva Legal; (iii) R\$110 como dividendos obrigatórios; e (iv) R\$326 como dividendos, a serem distribuídos conforme as participações societárias detidas pelos acionistas.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2021	Propostos	Adicionais	Pagamentos	31/12/2022
ENEVA S.A.	55	35	163	(218)	35
EDP - Energias do Brasil	55	35	163	(218)	35
	110	70	326	(436)	70

12 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	865	787
INSS e FGTS	137	124
Total	1.002	911

13 Patrimônio líquido**13.1 Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$7.053 representado por 7.053.366 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Acionistas				
EDP - Energias do Brasil S.A.	3.526.683	50,00	3.526.683	50,00
ENEVA S.A.	3.526.683	50,00	3.526.683	50,00
Total	7.053.366	100,00	7.053.366	100,00

13.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		294	514
Prejuízos acumulados			(54)
Lucro líquido ajustado		294	460
Constituição da reserva legal - 5%	13.3	(15)	(23)
		279	437
Destinação do lucro			
Dividendos proposto		70	110
Dividendo adicional proposto		209	327
		279	437

13.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	13.3.1	38	23
Dividendo adicional proposto		210	327
Total		248	350

13.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

14 **Receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2022	2021
Receitas operacionais	9.148	9.148
Receita operacional bruta	9.148	9.148
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(846)	(846)
ISS	(457)	(457)
Total deduções da receita operacional	(1.303)	(1.303)
Receita	7.845	7.845

15 **Gastos operacionais**

	2022				2021		
	Despesas e Receitas operacionais			Total	Despesas e Receitas operacionais		
	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras		Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Total
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	6.746	152		6.898	5.922	275	6.197
Material	76	7		83	125		125
Serviços de terceiros	835			835	855		855
Depreciação - Ativos de direito de uso	94			94	46		46
Arrendamentos e aluguéis	(15)			(15)	42		42
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			(1)	(1)			-
Outras		10		10	12	24	36
Total	7.736	169	(1)	7.904	7.002	299	7.301

16 **Resultado financeiro**

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	397	76
Juros e multa sobre tributos	5	69	37
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(22)	(6)
Outras receitas financeiras		<u>2</u>	<u>2</u>
		<u>446</u>	<u>109</u>
Despesas financeiras			
Arrendamentos e aluguéis	8	(37)	(7)
Outras despesas financeiras		<u>(7)</u>	<u>(14)</u>
		<u>409</u>	<u>95</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	350	639
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(119)</u>	<u>(217)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Outras		(1)
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	38	65
Outras	<u>25</u>	<u>28</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(56)</u>	<u>(125)</u>
Alíquota efetiva	16%	20%

18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	294	514
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	<u>7.053</u>	<u>7.053</u>
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,04168</u>	<u>0,07288</u>

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

19.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	4.496	3.201	4.496	3.201
			<u>4.496</u>	<u>3.201</u>	<u>4.496</u>	<u>3.201</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	388	83	388	83
Clientes	4	Nível 2	789	789	789	789
			<u>1.177</u>	<u>872</u>	<u>1.177</u>	<u>872</u>
			<u>5.673</u>	<u>4.073</u>	<u>5.673</u>	<u>4.073</u>
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	10	Nível 2	588	200	588	200
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	6	Nível 2	128	128	128	128
Arrendamentos e alugueis	8	Nível 2	275	127	275	124
			<u>991</u>	<u>455</u>	<u>991</u>	<u>452</u>

19.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

19.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

19.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Arrendamento e alugueis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e alugueis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

19.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

19.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos ao Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

19.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.496	472	472	116	232	(117)	(235)
Instrumentos financeiros ativos		4.496	472	472	116	232	(117)	(235)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 13,8% a.a.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Clientes (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022				31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	452	136			588	200
Arrendamentos e aluguéis	10	30	72	164	276	124
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				128	128	128
	<u>462</u>	<u>166</u>	<u>72</u>	<u>292</u>	<u>992</u>	<u>452</u>

19.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**20.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Ajuste a valor de mercado/	Adições / baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	11	110	(436)	396	70
Arrendamentos e aluguéis	8	124	(114)	37	275
		<u>234</u>	<u>(550)</u>	<u>37</u>	<u>624</u>

Nota	2021				
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Valor justo	Adições / baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	11	-		110	110
Arrendamentos e aluguéis	8	25	(54)	7	146
		<u>25</u>	<u>(54)</u>	<u>7</u>	<u>256</u>

20.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa nos exercícios de 2022 e 2021, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	326	110
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	228	146
Total	<u>554</u>	<u>256</u>

21 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022			A partir de 2028	Total geral	31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027			Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	286
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.100	1.069	20	26	2.215	2.420
	1.100	1.069	20	26	2.215	2.706

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022			A partir de 2028	Total geral	31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027			Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	318
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.062	1.148	25	38	2.273	2.526
	1.062	1.148	25	38	2.273	2.844

22 Eventos subsequentes

22.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Pablo Arguelles Tuñón
Conselheiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de Construção e Operação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
CRC 1SP271964/O-6 "S" CE